

***Registro e avaliação na Educação Infantil:  
instrumentos didáticos orientadores do pensar e agir nos Centros de Convivência Infantil<sup>1</sup>***

*Elieuzza Aparecida de Lima*  
FFC, Unesp, Marília, SP.  
Março, 2018.

**Para um início de conversa...**

Em nossa atividade nas turmas de crianças pequenas, esforçamo-nos diariamente para realizar intervenções pedagógicas dirigidas ao êxito dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano na infância porque cada criança não nasce dotada de sua humanidade: esse processo é iniciado após o seu nascimento, no seio das relações sociais em que está inserida desde pequenininha.

Por seu caráter intencional, o trabalho no Centro de Convivência Infantil (CCI) da Unesp exige planejamento, intervenções, registros daquilo que é vivido no espaço escolar e avaliação das vivências e dos contextos onde cada Agente de Desenvolvimento Infantil (ADI) atua.

Com base nas especificidades do atendimento nos CCIs, a proposta deste texto é refletirmos sobre o registro e a avaliação como possibilidades efetivas de conduzirmos, intencional e conscientemente, as relações vividas nesses centros, de modo a qualificar os processos de ensino e aprendizagem.

De acordo com a documentação legal vigente (BRASIL, 1996; 2009) e com os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, a escolha bem pensada de procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico é essencial, considerando as especificidades dos bebês e das crianças atendidas nos CCIs, seu modo de se relacionar com o mundo – de objetos e pessoas do seu entorno – e de se desenvolver em cada idade.

No cenário legal brasileiro, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) acenam para o valor da avaliação do desenvolvimento das crianças e das ações dos professores, assim como sinalizam a necessária utilização de diferentes maneiras de registrar como meios de socializar as vivências das e com as crianças, suas famílias e a comunidade escolar. Como documento mandatório, essas diretrizes tornam-se parâmetros para a efetivação e o acompanhamento do projeto pedagógico de cada CCI, de

---

<sup>1</sup> Agradecimento especial à Juliana Guimarães Marcelino Akuri: primeira leitora atenta e cuidadosa deste texto.

modo a expressar as intenções, os contextos e os fundamentos orientadores de uma proposta educativa potencialmente humanizadora de adultos e crianças.

Este texto busca, assim, tessituras sobre possibilidades de ampliação das reflexões sobre a questão do registro e da avaliação como elementos envolvidos na questão da qualidade daquilo que se planeja e vive no interior de cada CCI.

### **Educação Infantil: possibilidade de atuação ativa de professores e crianças**

Como primeira etapa da Educação Básica, a educação realizada nos CCIs da Unesp é processo em que a criança aprende os usos sociais dos objetos e instrumentos criados pelos homens ao longo da história, ao se apropriar das características e aptidões cristalizadas nesses objetos e seus usos nas relações humanas. Para essa apropriação, é essencial que cada criança atue com esses objetos e instrumentos em relações nas quais os adultos ensinam seus usos sociais, expressando modos de sentir, agir e pensar tipicamente humanos.

O processo de aprendizagem promotor de formação e desenvolvimento das características especificamente humanas na criança é, assim, um processo iniciado nas relações sociais para, depois, ser internalizado porque, conforme teoriza Vigotskii (1988, p. 114):

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas: a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas.

Assim, na relação com as outras pessoas, a criança entra contato com a cultura mais elaborada e se apropria de capacidades psíquicas incorporadas nos objetos e instrumentos. Dessa relação decorrem aprendizagens capazes de impulsionar o desenvolvimento humano. Isso significa que somente “uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem” (VIGOTSKII, 1988, p. 115).

Compreendemos que um dos princípios fundamentais de um Centro de Convivência que respeite e garanta os direitos sociais da criança – de brincar, se relacionar, se expressar, por exemplo – é trata-la como sujeito ativo nas e das relações sociais vividas nesse ambiente em situações potencializadoras de sua expressão, movimento, conversas, brincadeiras... Essa garantia pode ser efetivada se tivermos conhecimentos sobre quais atividades melhor e mais amplamente provocam a formação e ativação de formas sofisticadas de memória, atenção e

percepção, linguagem e pensamento, por exemplo, e conhecimentos acerca de quais intervenções educativas podemos planejar, desenvolver e avaliar (registrando, documentando) para provocar o avanço pleno desse desenvolvimento tipicamente humano.

Vale ressaltar que cada pessoa se torna humana ao se apropriar dos objetos e outros elementos culturais (materiais ou imateriais<sup>2</sup>) produzidos pelas gerações anteriores e estabelecer relações com as pessoas. Essas relações efetivam processos educativos que fazem avançar o desenvolvimento humano que, de forma espontânea, não aconteceria (VIGOTSKII, 1988; LIMA; AKURI, 2017). Nesse contexto, o lugar que a criança ocupa no sistema de relações sociais pode caracterizar seus êxitos ou fracassos, já que, conforme Leontiev (1988, p. 60), “[...] Essa é a posição real da criança, [...] [e é] governada pela situação objetiva que [...] [ela] ocupa nessas relações”.

Ratificando essa ideias, Chaves (2008, p. 79) sintetiza: “Evidentemente, a ação intencional e sistematizada do professor é fundamental para o processo de ensino e assim deve ser considerada [...] [porque] a vivência da criança, em todos os espaços e tempos, na instituição, também se configura como essencial para a aprendizagem”.

Afirmando o nosso essencial papel interventor intencional na educação das crianças e o valor do lugar ativo ocupado por elas, passamos, na sequência, a refletir sobre o registro e a avaliação como instrumentos didáticos valiosos no processo pedagógico dirigido à plenitude da formação humana no começo da vida (LIMA, 2017).

### **Registro e avaliação: instrumentos didáticos para o trabalho na Educação Infantil**

Embora a aparato legal regulamente que as formas de registro e documentação têm características próprias do trabalho pedagógico realizado na pequena infância (BRASIL, 2009), nesse nível da escolaridade ainda são comuns e recorrentes práticas educativas que desconsideram o rico processo em que as crianças vivem a infância, em relações sociais nas quais interagem com outras pessoas e se apropriam dos bens culturais produzidos ao longo da história. Não ocasionalmente, são momentos em que há falta de compreensão dos fins e intenções dos processos de educação e cuidado das crianças menores de seis anos.

A desconsideração de que educar e cuidar são processos indissociáveis e projetados para a humanização de bebês e crianças pequenas fundamenta práticas pedagógicas pouco

---

<sup>2</sup> Exemplos desses elementos imateriais são as normas e valores sociais.

efetivas para a garantia dos direitos infantis e das máximas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento humano na infância.

Na contramão dessa perspectiva educativa pouco humanizadora, o registro, a documentação e a avaliação são considerados ações pedagógicas essenciais para fomentar e guiar conscientemente condições propícias para a apropriação da cultura ao longo da infância. Isso requer registrar e avaliar as marcas do caminho em que as crianças vivem intensa e plenamente as brincadeiras, conversas, movimentos, descobertas, questionamentos, relacionamentos, enfim, viver a vida nesses espaços escolares.

Com a compreensão de que o registro é mais que escrever, fotografar ou filmar o que acontece no ambiente escolar e que a avaliação não se caracteriza como simples acompanhamento da criança em seu desenvolvimento, as discussões seguintes são fundamentais para a tomada de consciência sobre práticas pedagógicas que podem provocar o êxito dos processos de ensino e aprendizagem na infância.

A criação de condições objetivas efetivas para aprendizagens no interior de cada CCI implica planejamento, acompanhamento e intervenções didático-pedagógicas para que possamos dirigir intencional e conscientemente o processo exitoso de apropriação de riquezas da cultura humana por cada e toda criança. Nesse planejamento educativo no CCI, projetamos não só acompanhamento e avaliação do que se vive diariamente, mas, também, procedimentos voltados para esse fim, como a observação, registro, reflexão e estudos continuados sobre as especificidades do nosso trabalho docente.

Ao considerarmos que a finalidade do trabalho realizado nos CCIs não é apenas a satisfação de necessidades imediatas (sono, alimentação e higiene) – porque, embora essas necessidades sejam essenciais, a satisfação de cada uma delas não é suficiente para a educação daquilo que é especificamente humano em cada criança – formas sofisticadas de pensamento, expressão, memória, atenção, conduta –, o cultivo do registro e da avaliação supera o cumprimento da burocracia (ter que entregar “trabalhinhos” para as famílias ou preencher de fichas sobre o desenvolvimento alcançado ou não pela criança).

Quando registramos aspectos dos processos e produtos realizados no CCI, tendo a observação e a escuta (com todos os nossos sentidos) como instrumentos privilegiados para isso, rumamos para organizarmos ações avaliativas potencialmente humanizadoras. Nesse processo, documentamos tanto o processo vivido como o conteúdo daquilo que se vive para que entendamos com mais profundidade e consciência o valor das reflexões, retomadas e registros com o necessário rigor científico orientador de nossas ações e atitudes docentes.

O que podemos registrar? O que as crianças fazem, falam, expressam, vivem; os modos de relacionamento entre adultos e crianças e entre as crianças. Os instrumentos necessários para isso envolve, para citar exemplos, a escuta do professor, manuscritos do que é falado e vivido, fotografias, áudios, vídeos.

Práticas pedagógicas propícias para esses registros e sua documentação são possibilitadas a partir de rodas de conversa, elaboração de livros da vida e portfólios, vivências em cantos de trabalho (com espaços e materiais organizados para jogos de papéis sociais, desenho, leitura), dentre outras.

O que é possível avaliar? Avaliamos nosso trabalho a partir dos fins educativos propostos. Isso significa rever planejamentos, realizações e manifestações a partir do que se vive em cada CCI. Elementos para tomarmos consciência das nossas ações e das necessárias retomadas, à luz do referencial teórico eleito, são possíveis por meio dos registros e documentações elaborados.

Nessa perspectiva, a documentação constitui-se como uma ferramenta para nos auxiliar no processo em que recuperamos experiências positivas para as crianças e promovemos, também, nosso crescimento profissional e a necessária comunicação entre adultos (outros profissionais atuantes no CCI, as famílias das crianças e a comunidade local). Trata-se de prática pedagógica que se torna pré-requisito para legitimar cada CCI a partir da visibilidade que revela das vivências infantis e da composição de um discurso público com a comunidade escolar.

Registrar, documentar e avaliar no CCI são ações realizadas na busca por ver e compreender o que está acontecendo no trabalho educativo concretizado nesse ambiente, assim como se tornam instrumentos orientadores de um projeto pedagógico dirigido à plenitude do ensinar e do aprender.

Com esse objetivo, a avaliação se firma como um atividade didática indissociável do planejamento e da efetivação das ideias projetadas para educar e cuidar de crianças pequenas. Assim, a avaliação só tem sentido quando revela e fundamenta o trabalho intelectual da ADI, que projeta situações para que as crianças tenham seus direitos garantidos por meio do acesso à cultura humana e, a partir daí, cria condições efetivas para as reflexões necessárias para novos planejamentos.

Recuperando princípios da Teoria Histórico-Cultural, a avaliação envolve e exige compreender quais os conhecimentos já apropriados pelas crianças para a projeção de situações, relacionamentos e a organização de tempos, espaços e materiais que fomentem possibilidades de aprendizagens capazes de fazer avançar o desenvolvimento humano na

infância (LIMA, 2017).

Essa atenção demanda consciência teórica e prática, por meio do olhar sensível de quem acompanha e avalia percursos em ambientes coletivos preparados para as crianças. Trata-se de constituição docente mediante reflexões e estudos em programas de formação continuada no interior dos CCIs, em parceria com a supervisora do centro, intimamente articulados com os fins da educação e cuidados em turmas de crianças pequenas, projetados para o êxito das propostas planejadas e desenvolvidas diariamente.

### **Palavras finais...**

Como argumentado, a educação realizada em espaços escolares formais, como o CCI, requer planejamento, acompanhamento intencional e retomada de todo o processo realizado, considerando o lugar ocupado pela criança e sua atuação ativa. A intervenção consciente do professor para a efetivação das reais possibilidades de acesso à cultura humana é fundamental para que as aprendizagens motivadoras de desenvolvimento humano aconteçam desde o início da vida.

Não se trata, porém, de produzir dados aleatórios e utilitários porque registrar, documentar e avaliar são ações didático-pedagógicas a serem eleitas e realizadas, expressando aspectos do que, para nós, é valioso no processo educativo como modo de dirigir e qualificar consciente e intencionalmente condições objetivas para ensinar, aprender e desenvolver. No conjunto, são processos de ação coletiva nos CCIs entre as ADIs, crianças, famílias e comunidade local. Como processos dinâmicos e participativos, requerem tempo para que possamos aprender e cultivar a observação, colaboração, reflexão, registro e documentação. Sabemos que nosso trabalho é orientado por princípios éticos, políticos, estéticos, epistemológicos e sua produção e registro/avaliação pode se caracterizar como possibilidades de humanização e/ou de alienação, considerando nosso engajamento numa sociedade capitalista.

É nesse sentido que nós, professoras, somos responsáveis pela seleção dos instrumentos e procedimentos mais adequados para registrarmos e avaliarmos nosso percurso com as crianças. A avaliação torna-se, assim, prática pedagógica em movimento e contradição porque os objetivos que movem nosso fazer no CCI estão intimamente ligados à avaliação e os conhecimentos eleitos para o acesso das crianças articulam-se aos procedimentos metodológicos que envolvem observação, registro e avaliação, por isso, também, são

projetados com base nos objetivos a serem alcançados: o desenvolvimento integral e pleno de cada criança.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CHAVES, M. Intervenções Pedagógicas e promoção da aprendizagem da criança: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. In: FAUSTINO, R. C.; CHAVES, M.; BARROCO, S. M. S. (Orgs.). **Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena: contribuições da Teoria Histórico-Cultural.** Maringá-PR.: EDUEM, 2008. p. 75-89.

LEONTIEV. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988. p. 59-83.

LIMA, E. A. de. Trabalho pedagógico na Educação Infantil: em busca da atitude ativa de professores e crianças. In: MENDONÇA, S. G. de L.; PENITENTE, L. A. A.; MILLER, S. (Orgs.). **A questão do método e a Teoria Histórico-Cultural: bases teóricas e implicações pedagógicas.** Marília, SP: Oficina Acadêmica; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 113-129.

LIMA, E. A. de; AKURI, J. G. M. Um currículo em defesa da plenitude da formação humana. In: COSTA, S. A. da; MELLO, S. A. (Org.). **Teoria Histórico-Cultural na educação infantil: conversando com professoras e professores.** Curitiba: CRV, 2017.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L.S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.